VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

O PERIÓDICO O INDUSTRIAL NA LUTA PELA INDÚSTRIA FABRIL NO IMPÉRIO DO BRASIL 1881-1882

Jussara França de Azevedo*

Em meio a um país agro exportador dependente de um único produto o café a entidade Associação Industrial do Rio de Janeiro lança na década de 1880 um periódico, que tinha como objeto revelar a realidade da indústria fabril no Império do Brasil, e demonstrar a necessidade de se investir na indústria fabril, como um braço alternativo ao desenvolvimento do Império, revelando assim a fragilidade da economia do Império que dependia em muito do café.

Almejamos demonstrar o nascimento da Associação Industrial, o ideário do periódico O Industrial e seu ensaio com a esfera pública e o Governo visando evidenciar a eficiência da industria fabril para o Império.

1- O NASCIMENTO DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO E O IDEÁRIO DO PERIÓDICO "O INDUSTRIAL"

A Associação Industrial do Rio de Janeiro (AIRJ) organizou-se em um momento de cisão, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. E, portanto, sua

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientanda do Professor Doutor José Jobson de Andrade Arruda.

formação ocorreu mediante uma grande crise, que levou a uma tomada de decisão de se estreitar os laços da indústria fabril no Império do Brasil.

Em 1879, saiu a nova tarifa que trouxe discussões quanto ao protecionismo brasileiro. O antagonismo entre os fabricantes de chapéus (seção da indústria fabril) que solicitavam um aumento da tarifa e os importadores de chapéus (seção do comercio) que queriam a redução da mesma causou um conflito de interesses, que, pois estas duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entraram em disputa. O aumento da tarifa não satisfez a ninguém.

Com a vitória da seção da indústria fabril quanto à questão chapeleira e as suas reivindicações, estas foram enviadas ao Governo Imperial sendo solicitados a promoção do desenvolvimento industrial e o amparo às fábricas já existentes por meio de uma tarifa adequada. Apesar do ganho dos industriais quanto a esta nova tarifa, os seus opositores, os importadores de chapéus (seção do comercio), não se calaram e fez pressão sobre o Governo Imperial com o objetivo de se reverter o ganho alcançado. Segundo Leopoldi (2000) com a crise chapeleira dos anos de 70 formou-se no seu interior uma ala industrialista, que abriu espaço numa área antes ocupada pelos comerciantes e agricultores. Este foi o núcleo original do movimento industrialista do centro-sul.

> As cisões no interior (SAIN), que também atingiam a Associação Comercial do Rio de Janeiro, eram indicativas de que o rápido processo de transformação econômica, social e política que o país vivia iria levar a mudanças nas entidades representativas dos vários setores econômicos. Rompia-se a ampla coalizão de interesses econômicos. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz as suas demandas.[1]

Em 1880 foi nomeada uma nova Comissão para a revisão da tarifa alfandegária, com isso, a indústria fabril resolveu se unir. A posição dos importadores era pressionar o Governo Imperial para a diminuição dos direitos sobre os artigos e os fabricantes de chapéus reuniram-se e resolveram, por meio de uma representação, buscar forma de negociação junto ao governo Imperial. "A representação, conforme foi lavrada, concluía pedindo providências no intuito de promover no Império a fundação das indústrias fabris

[1] LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p 63.

e manufatureiras, e de impedir a ruína daquelas que já tinham suficientes indícios de vida." [2]

Esta representação junto ao Governo Imperial não obteve o seu propósito alcançado como a própria Associação narrou em seu Relatório *da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro de 1882*: "nunca teve um despacho, não mereceu uma ligeira menção nos relatórios dos nossos Ministros: morreu como muitos outros documentos desta ordem, asfixiada no pó dos arquivos das Secretárias de Estado." [3]

Os fabricantes de chapéus, solícitos na defesa de seus interesses, sabendo que os importadores de chapéus estavam na Comissão de revisão da tarifa de 1879, trataram de congregar-se novamente e endereçaram ao Governo Imperial uma nova representação, pedindo proteção para a indústria fabril e seu espaço no cenário econômico no Império.

O Comendador e Vereador Malvino da Silva Reis teve a iniciativa de unir os industriais para a defesa dos chapeleiros em uma Associação para melhor lutar por seus interesses. Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo despertar a esfera pública e o Governo Imperial para a indústria fabril.

> Com o fim de assegurar o resultado das pretensões destes industriais, e ao mesmo tempo chamar atenção pública para semelhante assunto, foi a ideia de interessar em todas as industriais nesta questão, tratando-a de um modo geral no dia 02 de setembro de 1880, ele e diversos industriais fizeram uma reunião no escritório do Snr. Conselheiro Antonio Pedro da Costa Pinto. [4]

Nesta reunião, formularam uma circular que devia ser assinada por 21 firmas de industriais de diferentes ramos. A convocação seria para os interessados pelo desenvolvimento do "trabalho nacional" que ocorreria em 06 de setembro, no salão da Praça do Comércio, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Vários discursos, que enfocavam a instabilidade da tarifa aduaneira e a urgência de uma política que animasse a indústria fabril. O objetivo da Associação era a defesa da classe e seus interesses. [5] Pela

[2] Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 17. IHGB, Rio de Janeiro.

[3] Ibidem, p.18.

[4] Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 21. IHGB, Rio de Janeiro.

[5] Apud assim como LUZ, Nícia Vilela. A luta pela Industrialização do Brasil 1808-1930. 2. Ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975, p. 57 Jornal do Comércio do Rio de Janeiro 07 de setembro de 1880. p. 6 .

primeira vez, os industriais do Brasil associaram-se, fundando, em 1881, uma organização que defendesse os seus interesses particulares." [6] Iniciando suas atividades, organizando estatísticas industriais, discutindo seus problemas pela imprensa, realizando conferências com o Ministro da Fazenda.

No ano de 1880, foi nomeada uma diretoria provisória da Associação Industrial composta pelos senhores Comendador Malvino da Silva Reis, Manoel Diego Santos, José Maria Teixeira de Azevedo, Angelo Agostini e José Luiz Fernandes Braga. Na mesma reunião foi organizada uma comissão para elaboração de um projeto de Estatuto da Associação Industrial, esta composta pelos senhores Dr. Henrique Hargreaves, Henrique Leuzinger e José Alves Ferreira Chaves.

"Os sócios deveriam ser industriais brasileiros ou estrangeiros, ora residentes no Império, com firmas ativas e contribuintes para a manutenção da Associação Industrial".[7] Tendo em vista que diferentemente da SAIN, a Associação não possuía nenhuma ligação econômica com o Império, portanto podendo questioná-lo e buscar ajuda para as suas Exposições Industriais, quando representativa para o Governo Imperial.

Outras reuniões foram realizadas com o fim de elaboração do Estatuto e a organização da estatística que foram encaminhados para o Ministro da Fazenda, com uma representação que conseguiu o apoio do ilustríssimo Senhor Senador do Império João José de Oliveira Junqueira, o qual se dizia disposto a interpelar junto ao Governo quando se discutisse o orçamento. Este foi o primeiro parlamentar a apoiar a causa da indústria fabril, neste momento embrionário da Associação Industrial.

O Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro foi aprovado pelo Decreto nº 8006 de 26 de fevereiro de 1881, a seguir foi eleita a diretoria definitiva composta por Dr. Antonio Felício dos Santos, presidente; Manoel Diego Santos, 1º vice-presidente; Francisco Antonio Maria Esberard, 2º vice-presidente; Francisco Antonio Ignácio de Oliveira Aguiar, 1º secretário; Henrique Leuzinger, 2º secretário; Francisco Marques da

[6] STEIN, Stanley J. Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.33.

[7] Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.p. 15. Disponível em: <http://memoria. nemesis.org. br> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Costa Braga, tesoureiro; Belmiro José da Costa, adjunto; João Gomes Pereira e Antonio Gonçalves de Carvalho[8].

O Estatuto expõe que haveria sócios ilimitados na AIRJ, tendo sua sede na Corte e que durariam 90 anos. Seus membros seriam industriais, os membros honorários seriam pessoas que tivessem contribuído de maneira relevante para o bem da indústria, protegido ou auxiliado nos grandes congressos, parlamentos ou na imprensa. Ainda no Estatuto tinha a pretensão de criar uma biblioteca industrial, um museu para as exposições de produtos e um periódico dedicado à indústria nacional.

> 1º Representar a indústria Nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários se conveniente, defendendo-a e protegendo-a. 2º Fomentar a criações de idênticas associações nos centros mais populosos do Império e corresponder-se com elas. 3º Publicar com seu relatório anual uma estatística industrial. E mais quando possível criar uma biblioteca industrial, criar um museu industrial para exposição de produtos da indústria nacional, criar um periódico dedicado à indústria nacional a indiscutível utilidade da Associação. [9]

Um dos objetivos alcançados pela AIRJ foi a criação e sustentação do Periódico O Industrial com o desígnio de se fazer ouvir as propostas da entidade frente a esfera pública e ao Governo. A articulação por parte dos industriais era feita com a utilização da imprensa, como o meio de atingir o público trazendo informações e pressionando os dirigentes do Império. Em seu livro *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem*, Maria Inez Turazzi (1989) afirma: "os industriais interessados em reservar o mercado brasileiro para a produção nacional, defendiam rigorosamente a adoção de uma política alfandegária protecionista, que freasse a invasão maciça dos artigos produzidos no estrangeiro." [10] Já no primeiro ano de existência, a Associação demonstrava que a imprensa era um meio eficaz.

> Ao transmitir á nova administração os poderes de que se achava revestida, a Diretória Provisória fez uma resenha dos fatos passados no seu tempo, tornando saliente o progresso que havia grandeado, na opinião pública, nossa propaganda, inclusive no Parlamento, em cujo

[8] Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882.p. 24. IHGB. Rio de Janeiro.

[9] Cf: O Periódico "O Industrial". Artigo: "Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 26 de fevereiro de 1881", p.2. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

[10] TURAZZI, Maria Inez. A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: Engenharia, a Indústria e a Organização do Trabalho na Virada do Século XIX ao XX. Rio de Janeiro: COPPE e Marco ZERO, 1989. p. 52.

> seio alguns membros mostravam-se convencidos da necessidade de proteger as nascentes industriais do país.[11]

A utilização da imprensa, que exercia a função de fazer a ligação entre a Associação e a esfera pública, era essencial para a exposição de suas ideias e princípios, os quais desejava incutir no pensamento de seus leitores. A distribuição do periódico *O Industrial*, órgão da Associação, era um meio de se alcançar o maior número possível de pessoas. O periódico era composto de cinco páginas e sua distribuição era semanal de forma gratuita nos cafés e bares da Corte.

O ideário do Periódico o Industrial pode ser exposto da seguinte forma são alvitradas de ação política com a intenção de elucidar o pensamento da entidade frente a problemática da dependência econômica do café que o Império convivia.O periódico revelara à intencionalidade da Associação Industrial do Rio de Janeiro junto a esfera pública e ao Governo com o desígnio de influir na maneira de pensar e refletir sobre a economia do Império lançando uma alternativa na área econômica a possibilidade de incentivo a indústria fabril e a proteção tarifária para a indústria fabril nacional.

Para tanto a diretoria da Associação Industrial do Rio de Janeiro que era a responsável pela elaboração do periódico publicava semanalmente artigos com cunho político sobre assuntos como: tarifas das alfândegas, revisão tarifária, pensamento livre cambista da classe política, críticas quanto a indiferença a indústria fabril, a falta de representante no Parlamento que pudessem defender a indústria fabril, defesa da indústria fabril, discussão sobre o livre cambismo e o protecionismo, a imprensa da Corte, Rio News e o periódico o Industrial debate sobre a necessidade de defender a indústria fabril no Império, em meio a esses a outros assuntos que embebiam a mente dos leitores com uma discussão quanto as propostas da entidade.

O periódico o Industrial era a metodologia empregada para configurar e disseminar para a esfera pública e o Governo Imperial o pensamento da Associação Industrial, seus ideários e a defesa que fariam como entidade organizada a fim de demonstrar sua proposta protecionista para o Império do Brasil.

> No século atual é a imprensa a mais importante sede daquela sensação é a opinião, esclarecida pelo estudo a principal energia social. Ai esta a razão do aparecimento do Industrial representante de uma das elevadas

[11] Ver: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 26. IHGB. Rio de Janeiro.

> função e toda nação bem constituída é ele órgão especial de uma associação fundada por brasileiros e estrangeiros para defender os interesses e promover o progresso da indústria nacional.[12]

A seguir demonstrarei às discussões que ocorriam nas páginas do periódico com o intuito de configurar o pensamento da entidade a defesa da indústria fabril no Império do Brasil.

2-CONFLITOS E DEBATES NO PERIÓDICO O INDUSTRIAL

De maneira nenhuma tratarei de todos os aspectos narrados acima quanto aos temas abordados no periódico porque com certeza daria um capítulo de uma tese por causa de inúmeros argumentos e preposições. Apenas levantarei as principais questões que o periódico expõe, como fundamentais para entender a proposta da entidade Associação Industrial do Rio de Janeiro.

O primeiro aspecto que demonstrarei seria a argumentação de que os políticos brasileiros não entendiam a necessidade do apoio a indústria fabril e para configurar essa posição a Associação argumenta:

> Os incumbidos há 50 anos da gestão dos negócios público no Brasil só se tem ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intelectuais desta geração em estéreis discussões em exclusivismos pessoais sem objetivo real nobre nem resultados positivos de progresso. Nelas consomem-se a atividade nacional que devera empregar-se na concorrência industrial com os outros países, criando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e inspirações da humanidade no século presente.

Mediante esta afirmação ainda adverte que os homens laboriosos no Império vão para a Europa a fim de conseguirem seus intentos de progresso deixando para trás o Brasil com eles o seus capitais preciosos para o crescimento da indústria fabril nacional. Ainda argumentam que a falta de progresso significativo da indústria esta enraizado no fato dos gestores beberem na educação viciosa inglesa deixando de lado a indústria fabril como alternativa para o desenvolvimento do Império.

De acordo com Maria Turazzi "multiplicava-se o debate nas entidades de classe, na imprensa e no Legislativo sobre as vantagens e desvantagens do sistema industrial para

[12] Periódico O Industrial 21 de maio de 1881.p. 2. Biblioteca Nacional. RJ

o Brasil"[13]. Na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro através da Associação Industrial do Rio de Janeiro impetraram levantar esta bandeira a de defesa da indústria fabril quando se discutia no seu periódico a posição dos políticos e dos industriais.

> A opinião livre cambista do Brasil não se escriba somente na defetividade estudo e na miragem sedutora da teoria há outro ponto de apoio e mais perigoso porque mais altamente se acha. É a vaidade é a captação feita pelos aplausos perdidos feitas pela opinião dos países industriais interessados em manter-nos na sua dependência como consumidores tributários de suas oficinas. Sem esses mercados consumidores como eles poderiam dar saída aos produtos industriais que sua sustentam população operária?[14]

O caráter arrebatador do livre cambismo que iludira a uma grande parte dos políticos pôde segundo o periódico o Industrial interferir de maneira equivocada na visão econômica do Império, pois para se fazer parte do presente século se perpetraria necessário entrar nos ideários de civilização e progresso proclamados no século XIX. A vaidade dos políticos e o furor das ideias puderam contribuir para isso.

> Tem razão o amigo Snr Clark. Enquanto o Brasil não se reger pelo sistema protetor a Inglaterra continuará a explorar-nos como consumidores aliás; em vez de seus produtos fabricados teria de exportar-nos seus operários e seus capitais.[15]

Na narrativa do periódico é exposto o grande dolo efetuado pela Inglaterra, pois se mantém protetora de suas indústrias até fortalecê-las tornando-se livre cambista depois de se estruturar. E então inicia sua ação de absorver os mercados consumidores dos demais países que ainda não integravam ao sistema.

A Associação Industrial argumenta ainda que os Estados Unidos da América seguirá o exemplo inglês e da mesma maneira fortalecendo suas indústrias e então abrindo sua economia para o livre cambismo em condição de competir com a Inglaterra e com os demais países já estruturados neste sistema.

A proposta do periódico O Industrial seria seguir o exemplo de nossa irmã Americana e proteger as indústrias do Império até fortalecê-las e então poder concorrer

[13] TURAZZI, Maria Inez. A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: Engenharia, a Indústria e a Organização do Trabalho na Virada do Século XIX ao XX. Rio de Janeiro: COPPE e Marco ZERO, 1989. p. 54.

[14] O Periódico o Industrial 21 de maio de 1881. p. 2. Biblioteca Nacional. RJ

[15] O periódico O Industrial 21 de maio de 1881. p.3

com os países industrializados de forma equilibrada podendo gerar o fortalecimento do Império e não a dependência econômica.

> És o fim de nossa associação. Nos países novos não pode medrar a indústria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados, começaram assim, favorecendo o desenvolvimento do órgão industrial cujos os elementos as grandes cidades principalmente encerram em seu seio.[16]

A exposição do argumento do Periódico abarca em seu pressuposto que era de fundamental importância a ação política do Estado, para garantir as condições para o desenvolvimento da indústria. Para que pudesse haver um equilíbrio dentro do país entre a entrada de produtos importados e o produto nacional podendo assim suscitar renda a indústria fabril nacional e a possibilidade de haver um mercado de trabalho para as classes pobres do Império e o desenvolvimento amplo do mercado consumidor para os produtos da indústria fabril.

> Quando só se sabe achar recursos para as despesas públicas, aliás executadas sem fiscalização séria, nas emissões de títulos de renda alta que absorvem os capitais necessários ao desenvolvimento da riqueza pública e nas combinações das tarifas fiscais das alfândegas para isso constantemente alterada com maior descaso condensa-se em ambiente em que é impossível a cultura industrial.[17]

O periódico o Industrial toca na questão do desequilíbrio das despesas do Império, alegando que o uso sem controle dos recursos financeiros ocasiona o déficit e por assim, o aumento das tarifas para cobrir as despesas do Império prejudicando o amparo da indústria fabril nacional.

Que a falta de atenção do Estado à indústria fabril inibi o desenvolvimento e a aplicação dos capitais necessários para o crescimento da indústria fabril em todo o Império de forma sustentável e continua.

A necessidade de amparo a indústria fabril se caracteriza também pela falta de representantes no Parlamento que almeje defender a indústria fabril como projeto para o desenvolvimento do Império.

> Só um parlamento como o do Brasil, sem representes das classes produtoras, poderia adaptar sem exame o aditivo, que transitou com a

[16] O periódico O Industrial 21 de maio de 1881.p 4

[17] O periódico O Industrial 21 de maio de 1881.p 4

> lei de Orçamento no ano passado, mandando reformar a tarifa das alfândegas, alterando os valores oficiais dos objetos importados, proibindo em todo o caso o aumento (mais não a diminuição) na porcentagem ou razão dos direitos fiscais.[18]

O ensaio das argumentações e conflitos de interesses entre os industriais e o próprio Governo Imperial personifica a necessidade da ação política com a utilização do periódico o Industrial como um instrumento de exposição junto a esfera pública e aos parlamentares a respeito de sua luta em defesa da indústria fabril.

> Contra essa lei se ergueu na Câmara dos Deputados a voz do presidente desta Associação. A Câmara dos Deputados aprovou um projeto do Ministério da Agricultura sobre as patentes consignando a garantia do privilégio aos produtos industriais fabricados, no estrangeiro e que equivale, nada mais nada a menos, é a concessão de monopólio de importação. Ora dados as circunstancias do país é claro que essa medida determinará a fundação das empresas privilegiadas fora do Brasil onde a mão de obra é mais barata e todas as despesas da fabricação menores.[19]

A labuta da Associação Industrial se configura nas argumentações acima citada pelo presidente da entidade que ao chegar a Câmara dos Deputados expõe o que ocorrerá e sua indignação. Com a exibição deste fato a esfera pública e ao Governo através da instrumentalidade do Periódico o Industrial se concretizava a viabilidade da ação política desta entidade.

Neste pequeno artigo não tenho a ambição de transcursar todos os atos e manifestações da Associação Industrial, mas apenas demonstrar a amplitude da luta pela indústria fabril no Império do Brasil através da instrumentalidade do Periódico O Industrial.

CONCLUSÃO

Com este inspirativo artigo apeteceu evidenciar a ação política da entidade a Associação Industrial do Rio de Janeiro por meio do periódico O Industrial. A Associação Industrial sustentava este periódico com objetivo de trazer a esfera pública e ao Governo Imperial as necessidades dos industriais do Império.

[18] O periódico O Industrial 21 de maio de 1881.p 4

[19] O periódico O Industrial 21 de maio de 1881.p 4

E dar visibilidade a entidade levando os seus leitores ao entendimento sobre as questões políticas e econômicas em que o Império estava mergulhado.A luta junto a esfera pública se concretizava a partir do conhecimento dos problemas enfrentados pelos industriais e a pressão no meio político se construía a partir da divulgação dos embates entre os industriais , o Governo e os importadores.